

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS EDUCATIVOS NO E DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

INTERNAL INSTITUTIONAL EVALUATION: PERCEPTIONS OF EDUCATIONAL SUBJECTS IN AND OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Nieysila Simara da Silva Castro Borges 1
Deuzilene Marques Salazar 2

Resumo: A avaliação institucional interna no ensino médio integrado deve se constituir como política de ensino e de gestão no âmbito dos Institutos Federais. Este estudo é um recorte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e tem como objetivo analisar as percepções dos sujeitos educativos do e no ensino médio integrado. Participaram dessa pesquisa, por adesão voluntária, 6 (seis) docentes, 5 (cinco) discentes, 6 (seis) técnicos administrativos e 5 (cinco) pais e/ou responsáveis de discentes. Como caminho metodológico, as rodas de conversa propiciaram o registro das falas dos participantes referente a avaliação institucional interna. Da análise temática (BARDIN, 2011) foram geradas duas categorias: avaliação institucional interna como processo de autoconhecimento; avaliação institucional interna: instrumento de melhoria dos processos e resultados educacionais. Afirma-se que a avaliação institucional interna é um processo formativo podendo impulsionar um movimento democrático e emancipatório dos sujeitos educativos.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado. Avaliação Institucional Interna. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

Abstract: The internal institutional evaluation in integrated high school may be constituted as a teaching and management policy within the scope of the Federal Institutes. This study is an excerpt from the master's degree dissertation presented in the Postgraduate Studies Program in Professional and Technological Education (ProfEPT) and aims to analyse the perceptions of educational subjects "from" and "in" integrated high school. These subjects were represented in this research by 6 (six) teachers, 5 (five) students, 6 (six) administrative technicians and 5 (five) parents and/or guardians of students, all of them by voluntary adherence. As a methodological path, the conversation circles provided the recording of the participants' statements regarding the internal institutional evaluation. Thematic analysis (BARDIN, 2011) generated two categories: internal institutional assessment as a process of self-knowledge; internal institutional evaluation: instrument for improving educational processes and results. Among other considerations, it is stated that the internal institutional evaluation is a formative process that can stimulate a democratic and emancipatory movement of educational subjects.

Keywords: Integrated Secondary Education. Internal Institutional Evaluation. Federal Institute of Education, Science and Technology of Maranhão (IFMA).

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8869326927429269>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4931-3871>.
E-mail: nieysila@gmail.com

1

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4519799169077909>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1927-1399>.
E-mail: deuzilenemarques@gmail.com

2

Introdução

A avaliação no contexto educacional é uma questão emergente para a consecução de finalidades educativas que assegurem o direito a educação pública. Logo, há necessidade de políticas educacionais que promovam a qualidade de ensino socialmente referenciada, assim como exige de cada um dos sujeitos participantes do processo educativo um posicionamento político numa perspectiva de qualificação e redimensionamento de ações educativas com vistas a formação humana integral.

O movimento avaliativo está presente nas ações humanas, desde a mais simples tomada de decisão às mais complexas. Portanto, a avaliação é inerente ao trabalho educativo e acontece em vários momentos, dimensões e modalidades. Nesse estudo, apresentamos uma das facetas da avaliação convencionalmente denominada de avaliação institucional interna, fruto de uma dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A discussão referente a avaliação institucional interna no ensino médio integrado teve início por meio da problematização do nosso trabalho profissional como servidoras de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atuando seja na docência seja na gestão pedagógica.

Dentre os intensos debates sobre os processos de avaliação na Rede Federal Profissional, Científica e Tecnológica constatamos, primeiramente, a ausência de uma política de avaliação institucional que atenda ao ensino médio integrado nos Institutos Federais. E, em segundo, no levantamento realizado nas bases de dados do Portal de Coordenação Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Brasileiras (BDTD) localizamos, com as palavras-chave “autoavaliação institucional e institutos federais”, no período de 2008 a 2018: 1 (uma) tese e 5 (cinco) dissertações se relacionavam à Avaliação Institucional Interna ou Autoavaliação Institucional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Assim, considerando a relevância da discussão de uma proposta de avaliação institucional que contemple especificamente os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), trazemos como questão central para esse estudo: quais as percepções dos participantes de uma instituição de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio referente aos conceitos e finalidades da Avaliação Institucional Interna?. Definimos como objetivo deste estudo analisar as percepções referentes a Avaliação Institucional Interna dos sujeitos do e no ensino médio integrado.

Assumimos a abordagem qualitativa por meio da pesquisa participante utilizando as Rodas de Conversas que tiveram, como interlocutores da pesquisa, os discentes, docentes, pais e/ou responsáveis e técnicos administrativos do *Campus* Grajaú do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

Para isso, organizamos a exposição do estudo em quatro seções. Primeiramente, esta introdução com intuito de problematização do estudo bem como de seu objetivo. Em seguida, apresentamos os referenciais teóricos que fundamentaram nossa discussão. Indicamos, na sequência, os caminhos metodológicos assumidos por nós na construção do estudo. Por fim, discutimos os achados da pesquisa por meio das duas categorias analíticas sistematizadas por meio da análise das transcrições dos diálogos ocorridos nas rodas de conversa.

Avaliação institucional interna: conceitos, contextos e práticas

A avaliação institucional é assunto recorrente nas discussões e formulação das políticas educacionais no Brasil. É um processo contínuo que faz parte do cotidiano das instituições de ensino, cuja ênfase pode estar nos resultados de aprendizagem e processos educativos ou nos aspectos de gestão. De um modo ou de outro, é uma prática que pode contribuir para o conhecimento da dinâmica educacional, para descrição detalhada dos espaços onde se desenvolve a aprendizagem e para a construção de uma memória acerca da prática educativa (FERNANDES, 1994).

A Avaliação Institucional Interna ou Autoavaliação Institucional configura-se como importante instrumento pedagógico para a escola aprender sobre si mesma, aprimorar seus processos formativos e alcançar seus objetivos educacionais. Belloni *et al.* (1995) destacam que

a avaliação institucional é um processo de mensuração do desenvolvimento de ações, que permite o autoconhecimento institucional e o aprimoramento das práticas.

Nessa mesma direção, Brandalise (2015) defende que a avaliação institucional se configura como um instrumento de autonomia, de autoconhecimento, um processo reflexivo que objetiva a responsabilização da escola pela sua gestão pedagógica, administrativa e comunitária.

Defende-se que a Avaliação Institucional Interna é o processo de apropriação da escola pelos seus atores, com vistas ao aperfeiçoamento de suas práticas educativas, a partir do olhar crítico sobre a sua realidade (FREITAS *et al.*, 2017). Adotou-se, neste estudo, a expressão “Avaliação Institucional Interna” para indicar o processo de Autoavaliação Institucional realizado com a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar, conforme expresso no art. 52 vinculado às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica:

A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola. (BRASIL, 2010, p. 77).

É importante realçar que a Avaliação Institucional Interna, quando revestida de procedimentos fundamentados na discussão, diálogo, compromisso e participação, caminha em direção contrária ao movimento da política de responsabilização unilateral da escola e dos professores pelos resultados do desempenho acadêmico de seus estudantes, que muitas vezes se observa nas avaliações externas e de larga escala¹.

Os equívocos dessas avaliações evidenciam-se quando os seus resultados são usados somente para classificar, ranquear, premiar ou punir os profissionais da rede de ensino, sem passar pelo crivo da análise crítica e interpretativa dos dados. As avaliações desenvolvidas nesses moldes reforçam uma visão reducionista, mercadológica e fragmentada do processo avaliativo.

A perspectiva de avaliação institucional balizada pelos aspectos quantitativos é criticada principalmente porque a avaliação seria um “[...] instrumento poderoso de qualificação dos processos educativos e das relações escola-sociedade.” (SORDI, 1998, p. 53). A Avaliação Institucional Interna propõe-se a conhecer, aprimorar e orientar o trabalho a nível individual e coletivo do projeto pedagógico institucional, isso inclui identificar as fragilidades, acertos e elaborar novas ações que podem ser feitas dentro das condições estruturais disponíveis na instituição.

Nesse sentido, a Avaliação Institucional Interna representa uma possibilidade de os próprios atores escolares assumirem o papel de reguladores de suas práticas, à medida que compreendem a dinâmica dos seus processos, suas fragilidades e estabelecem estratégias para melhoria de suas práticas e alcance de sua missão institucional.

O processo educativo é complexo e carrega sobre si a preocupação de responder às expectativas formativas de uma sociedade plural e em permanente transformação. Brandalise (2015), realça que as profundas mudanças na sociedade, na economia, na política impactam diretamente na escola e seus processos avaliativos. A autora destaca que a educação tem sido convocada para ajudar resolver problemas complexos, diversos e por vezes contraditórios e nesse contexto de demandas e expectativas, têm-se diferentes instituições de ensino e uma variedade de projetos pedagógicos.

1 “A avaliação em larga escala, do tipo Saeb, é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas. Quando conduzidas com metodologia adequada podem trazer importantes informações sobre o desempenho dos alunos, dados sobre os professores, condições de trabalho e funcionamento das escolas de uma rede.” (FREITAS *et al.*, 2017, p. 44).

Brandalise (2015), destaca a importância de as instituições de ensino resistirem à forte influência da política neoliberal, que concebe a educação em um viés mercadológico voltada para o individualismo e para o pragmatismo econômico, à medida que defendem nos seus projetos pedagógicos e processos avaliativos os ideais da escola democrática e cidadã. Daí a importância de se investir em concepções críticas de avaliação, reconhecendo a sua dimensão política e ética. A tese sustentada é que a avaliação institucional interna é um processo de afirmação de valores (RISTOFF,1995).

Nesse sentido, a partir do projeto educativo defendido e do modelo de sociedade que se deseja construir é que as instituições de ensino deverão investir esforços para desenvolver projetos participativos e emancipatórios de autoavaliação (LEITE, 2005; SAUL,1999; SORDI; SOUZA, 2009). Compreende-se que quando a comunidade escolar tem clareza da intencionalidade dessa prática avaliativa e se compromete em desenvolver um processo de avaliação crítico, reflexivo, ético e de produção de dados sobre a realidade, a avaliação institucional interna tem o potencial de gerar autoconhecimento e direcionar a escola para um movimento de melhoria contínua dos seus processos e resultados educacionais.

Avaliação Institucional Interna na EPT

A Avaliação Institucional Interna vem sendo discutida e desenvolvida no Ensino Superior desde o início da década de 1990, por meio das Comissões Próprias de Avaliação, observando as diretrizes apresentadas nos documentos orientadores do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Todavia, a literatura acadêmica nos mostra que os processos de avaliação institucional na educação básica representam uma prática incipiente.

Brandalise (2010) salienta que a Avaliação Institucional Interna é pouca desenvolvida nas escolas que ofertam a educação básica e destaca como possível razão a carência de formação dos profissionais da educação para desenvolvê-la, ou seja, a ausência de fundamentação teórica e metodológica compromete o desenvolvimento de processos endógenos de avaliação institucional que resulte na análise sistêmica das práticas escolares e na identificação de potencialidades, fragilidades e possibilidades de melhoria.

A Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica, regulamentada pelo Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, tem como objetivos: diagnosticar as condições de oferta da educação básica; verificar a qualidade da educação básica; oferecer subsídios para o monitoramento e o aprimoramento das políticas educacionais; aferir as competências e as habilidades dos estudantes; fomentar a inclusão educacional de jovens e adultos e promover a progressão do sistema de ensino (BRASIL, 2018).

A política não institui um sistema de Avaliação Institucional Interna para educação básica, ela estabelece a integração do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Dessa forma, constatamos a existência de um sistema de avaliação da qualidade do ensino da rede pública por meio da aplicação de testes unificados de aferição da aprendizagem dos estudantes da educação básica.

Como se observa, nos documentos governamentais não há indicação de um sistema nacional com diretrizes específicas para a Avaliação Institucional Interna ou para um processo de autoavaliação com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho pedagógico e desenvolvimento escolar das instituições que ofertam a Educação Básica e suas modalidades de ensino. A Política Nacional de Avaliação e Exame da Educação Básica não destaca mecanismos específicos para avaliação na EPT, tanto do ponto de vista do processo de ensino e aprendizagem (desempenho acadêmico dos alunos) quanto das instituições de ensino que ofertam essa modalidade de ensino.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, sinaliza para a sistematização de uma proposta de avaliação para a EPT ao estabelecer a estratégia “[...] institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas [...]” (BRASIL, 2015, p. 72). Além disso, a tentativa de instituir um processo de avaliação institucional na educação básica é expressa também na estratégia 7.4,

Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática. (BRASIL, 2015, p. 62).

Embora o PNE faça referência ao processo de Avaliação Institucional Interna, percebemos que na educação básica e suas modalidades de ensino a sistematização de uma proposta para subsidiar o processo de autoavaliação das instituições de ensino representa um desafio a ser superado.

A Avaliação Institucional Interna em ambientes educativos mobiliza diferentes sujeitos num movimento dinâmico com vistas ao aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Assim, cada contexto por seus aspectos culturais, históricos e sociais singulares desenvolvem, compreende e vivencia a cultura avaliativa.

No contexto investigativo desta pesquisa, uma instituição de ensino da EPT no estado do Maranhão, o processo de avaliação institucional é desenvolvido nos parâmetros do SINAES. De acordo com os documentos institucionais, a avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional no IFMA são realizados através da CPA. A instituição define a Avaliação Institucional Interna como o processo de avaliação da realidade institucional com o propósito de fazer desencadear ações estratégicas de superação das dificuldades e para potencializar as virtudes identificadas (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, 2014).

O PDI apresenta as diretrizes norteadoras para o processo de avaliação:

a) avaliar constantemente as atividades desenvolvidas junto à comunidade, realizando prestação de contas, replanejando e realimentando as ações necessárias para redimensionar os trabalhos;

b) avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação às condições necessárias para atender às expectativas da comunidade interna e externa; e

c) promover a autoavaliação e a heteroavaliação, conforme SINAES. Dessa forma, a avaliação tem por objetivo geral aperfeiçoar o trabalho dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, 2014, p. 188).

O PDI destaca que o projeto de autoavaliação institucional é elaborado pela CPA e nele deve constar a finalidade, objetivos, metodologia, estratégias, recursos e calendário das ações avaliativas. O projeto deverá promover a melhoria da educação ofertada, orientar a expansão de oferta dos cursos, possibilitar o aumento da eficácia institucional e da efetividade social e acadêmica e, especialmente, possibilitar o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Nesse sentido, os documentos institucionais expressam que os mecanismos de avaliação institucionais servirão para orientar a gestão administrativa, financeira e pedagógica, visando a garantia da democracia e da transparência, a partir da reflexão sobre as práticas institucionais, no que se referem ao ensino e à gestão, e análise da relevância acadêmica e social do Instituto no cenário maranhense e nacional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, 2014).

Vimos, que no contexto do IFMA, o processo de avaliação institucional é desenvolvido nos parâmetros do SINAES e a participação dos alunos dos cursos da EPTNM nos processos de

Autoavaliação Institucional não é expressa nos documentos institucionais. A ausência de um sistema próprio de avaliação que contemple as características da instituição e os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, dificulta um diagnóstico real e global do trabalho que está sendo desenvolvido.

Portanto, a prática de avaliação institucional no contexto investigado não contempla todos os níveis e modalidades de educação ofertadas pela instituição. Na ausência de uma política pública educacional que oriente a estruturação do processo de avaliação institucional interna para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é legítima a proposição de um modelo de avaliação institucional construído na coletividade e dentro da instituição de ensino, consoante ao seu projeto político pedagógico.

Há que levar em conta, também, a importância do fortalecimento das CPA's locais enquanto instâncias mediadoras do processo avaliativo e reconhecer o bom trabalho desenvolvido até aqui. Sordi (2002, p. 68) realça que "[...] a avaliação bem-intencionada e madura não pode se furtar a ser ela própria objeto de avaliação [...]", à vista disso, nossa pesquisa assume uma perspectiva colaborativa ao entendermos que a própria avaliação deve ser objeto de avaliação para seu aperfeiçoamento.

Avaliação Institucional Interna: um olhar sistêmico sobre o Ensino Médio Integrado

A política educacional brasileira norteia suas ações de avaliação por meio de diretrizes definidas nos seguintes documentos: SINAES e a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Entretanto, nenhum deles comporta as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica, no tocante a avaliação dos processos formativos e resultados da aprendizagem. Nesse sentido, é importante pensar indicadores de avaliação específicos que subsidiem a análise crítica e reflexiva sobre a prática formativa e o alcance dos objetivos educacionais.

Partindo desse entendimento, a Avaliação Institucional Interna representa um ponto de partida para o desenvolvimento de um sistema de avaliação mais abrangente, que contemple as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica, nos diversos níveis e modalidades de ensino, e para a criação de indicadores de avaliação específicos direcionados às instituições que trabalham com essa modalidade de ensino, como é o caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os indicadores de avaliação específicos para o ensino, no contexto dos Institutos Federais, devem ser pensados a partir da concepção de educação que sustenta o trabalho pedagógico na EPT e da finalidade da prática educativa. Desta forma, a Avaliação Institucional Interna pode contribuir para a construção de um conhecimento sobre o que se pretende oferecer e o que é efetivamente obtido.

Concordamos com Saul (1999) quando ela afirma que a avaliação permite confrontar os métodos pedagógicos com as finalidades e objetivos educacionais desejados. No contexto da EPT, mais especificamente nos Institutos Federais, as bases epistemológicas que sustentam o processo formativo revelam uma concepção de educação omnilateral, politécnica e um compromisso com o ensino integrado.

Por muito tempo, a educação profissional foi compreendida em uma perspectiva reducionista e mercadológica, de preparação exclusiva para o exercício de uma profissão. Para superar essa compreensão, historicamente construída, em torno da relação entre educação e trabalho e para resgatar o entendimento do potencial criativo presente em cada ser humano, uma nova concepção de educação, referenciada nos sujeitos, passou a fundamentar o ensino na EPT, a partir do movimento social envolvendo diferentes profissionais e estudiosos da EPT em defesa de um projeto educativo, com forte conteúdo ético e político, que melhor atendesse as necessidades formativas da classe trabalhadora. Nesse contexto de luta e mobilização é instituído, por meio do Decreto nº 5.154/04, o Ensino Médio integrado.

A Educação Profissional e Tecnológica integrada ao Ensino Médio surge como uma possibilidade educativa de romper com a histórica dicotomia entre formação para o trabalho e educação geral. O Ensino Médio integrado partilha pressupostos epistemológicos e metodológicos que resgatam o trabalho como princípio educativo, a educação politécnica e traz a

concepção de homem como ser histórico e social que produz a sua existência a partir da sua relação e atuação na natureza e com os outros seres humanos.

Essas perspectivas epistemológicas emergem da concepção de escola unitária. Ramos (2005) explica que a concepção de escola unitária revela o princípio da educação como direito de todos, onde todas as pessoas têm acesso ao conhecimento e à cultura socialmente construídos, e desenvolvam as potencialidades necessárias para produzir a sua existência, por meio do trabalho.

A partir desse entendimento, a escola deve propiciar a todos o acesso ao conhecimento, à cultura e às mediações necessárias para produzir a existência e usufruir da riqueza social. Essa concepção de educação expressa uma formação omnilateral dos sujeitos, portanto, o currículo deve assegurar, no processo formativo, uma formação humana integral e politécnica, cuja prática educativa articula ciência, cultura e trabalho - trabalho como princípio educativo.

A proposta educativa do Ensino Médio Integrado, sob as bases da politecnia, tenciona uma formação inteira que desenvolva ao máximo as capacidades humanas, a partir da integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade. A integração entre saberes gerais e específicos devem levar o educando a compreender “[...] como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção [...]” (SAVIANI, 2003, p. 9).

Nesse movimento de integração de conhecimentos, o currículo deve favorecer a compreensão de como a ciência permeia as atividades produtivas, como explica Saviani (2003, p. 140),

Não se trata de um trabalhador adestrado para executar com perfeição determinada tarefa e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna.

Constatamos, então, que o projeto educativo do Ensino Médio Integrado revela pressupostos teóricos e metodológicos em defesa da educação básica, enquanto direito universal, vinculada à educação profissional e tecnológica, da indissociabilidade de conhecimentos gerais e específicos, ou seja, uma educação profissional e tecnológica com base na formação humana integral, tendo como eixo estruturante o trabalho como princípio educativo e consubstanciada em currículo integrado que promove a politecnia.

Tomando o currículo integrado e a formação humana integral como foco é que se deve investir esforços para estruturar novas possibilidades de avaliar o trabalho pedagógico na EPT, a partir da definição de indicadores específicos que possibilite um olhar sistêmico sobre os processos formativos e o autoconhecimento institucional.

Assim, compreendemos que os mecanismos avaliativos devem guardar coerência com o projeto educativo que se pretende desenvolver, ou seja, a partir das práticas de autoavaliação a instituição poderá estabelecer parâmetros para fundamentar e orientar o trabalho pedagógico na perspectiva da formação humana integral e do currículo integrado.

Fernandes (2010), na discussão que realiza sobre teorias da avaliação, nos instiga a pensar novas possibilidades de avaliar a prática e faz uma crítica às perspectivas de avaliação orientada pela medida. O autor afirma que a compreensão profunda de qualquer prática social deverá implicar, sobretudo, a compreensão das visões, dos significados e das concepções que os diferentes atores sustentam acerca do que estão a fazer e a viver.

Nesse sentido, a Avaliação Institucional Interna não pode se limitar a aplicação de instrumentos de coleta de dados e a produção de informação descontextualizadas que não produzem mudanças e melhorias significativas no ensino. Contrariando as perspectivas de avaliação como medida, defendemos para EPT, uma Avaliação Institucional Interna formativa que se traduz em uma permanente reflexão coletiva sobre a práxis, que produza significados e transformação.

Caminho metodológico

O estudo desenvolve uma abordagem qualitativa por entendermos na esteira de Minayo (2002, p. 22) que esta perspectiva “[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatística.”

Como procedimento metodológico adotamos as rodas de conversas com intuito de dar voz aos sujeitos participantes e envolvê-los em um processo de socialização de saberes e de trocas de experiências e, por conseguinte, a construção e reconstrução de novos conhecimentos como afirmam Moura e Lima (2014).

Para a roda de conversa organizamos momentos distintos para os discentes, docentes, técnicos administrativos e pais e/ou responsáveis, de tal forma que propiciássemos um momento acolhedor a partilha, escuta e diálogo. Nesse sentido, a nossa presença nas rodas serviu para estimular as discussões, sem assumir uma postura neutra com relação aos debates. Tivemos o cuidado de preservar uma escuta atenta a cada fala. No início da roda de conversa foi solicitada a permissão para a gravação dos áudios. A roda de conversa teve como eixo temático a seguinte questão: O que você entende por avaliação institucional?.

A investigação teve como *locus* o IFMA Campus Grajaú e os participantes da pesquisa foram os representantes dos segmentos: discentes, docentes, técnicos administrativos, pais e/ou responsáveis. O segmento discente foi representado pelo grêmio estudantil. O processo de escolha do grêmio estudantil, no Campus Grajaú, se dá por meio de eleição e consiste em um processo de votação simples, respeitada a vontade da maioria. Além do grêmio estudantil a representatividade discente é composta pelos líderes de cada turma.

A definição dos representantes dos segmentos docente, técnicos administrativos, pais e/ou responsáveis que participaram da pesquisa se deu por meio da adesão voluntária sendo que participaram 6 (seis) representantes do segmento docente, 5 (cinco) representantes do segmento discente, 6 (seis) representantes do segmento técnico administrativo e 5 (cinco) representantes do segmento pais e/ou responsáveis.

As rodas de conversas aconteceram no IFMA Campus Grajaú em dias e horários acordados entre a pesquisadora e os participantes. As rodas de conversas com os discentes foram realizadas no contraturno, em horários consentidos pelos pais e/ou responsáveis. As falas durante a roda de conversa foram gravadas, transcritas e validadas pelos participantes e seguimos todas as precauções para minimizar os riscos relacionados a pesquisa com seres humanos tendo o aval do Comitê de Ética de Pesquisa.

Para preservação do anonimato, os participantes da pesquisa foram codificados por meio de letras e números, a saber: DISC.1, DISC.2, DISC.3, DISC.4 e DISC. 5 (referem-se aos participantes do segmento discente); DOCEN.1, DOCEN.2, DOCEN.3, DOCEN.4, DOCEN.5 e DOCEN.6 (referem-se aos participantes do segmento docente; TEC.ADM.1, TEC.ADM.2, TÉC.ADM.3, TÉC.ADM.4, TÉC.ADM.5 e TÉC.ADM.6 (referem-se aos participantes do segmento técnico administrativos); RESP.1, RESP.2, RESP.3, RESP.4 e RESP.5 (referem-se aos participantes do segmento pais e/ou responsáveis).

O *corpus* de análise foi construído a partir das transcrições das rodas de conversas sendo que utilizamos a análise temática dentre os tipos de técnica de análise indicados por Bardin (2011). Iniciamos com as leituras flutuantes e a organização das informações com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais e selecionar o material para compor o *corpus* da pesquisa. Em seguida, identificamos os núcleos de sentidos presentes nas falas dos participantes das rodas de conversas e, por fim, na categorização temática.

Percepções referente a avaliação institucional interna

Subsidiadas pela questão norteadora “Quais as percepções relacionadas aos conceitos e finalidades da Avaliação Institucional Interna presentes nas falas dos participantes de uma instituição de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio?” e pela técnica de análise, geramos as seguintes categorias: Avaliação Institucional Interna como processo de autoconhecimento; Avaliação Institucional Interna: instrumento de melhoria dos processos e resultados educacionais.

Um dado importante é que 30% dos participantes afirmaram não saber o que é avaliação institucional e 52,3% informaram que não tinham experiências em processos de avaliação

institucional. Embora 52% dos participantes tenham mencionado que não possuíam vivências em processos de avaliação institucional, no decorrer das rodas de conversas, as falas de todos os participantes indicaram que Avaliação Institucional Interna é um processo aceito e assumido como importante para a melhoria do ensino e que ela deve mobilizar todo o coletivo institucional.

Avaliação Institucional Interna como processo de autoconhecimento

A avaliação Institucional Interna se constitui em um processo multidimensional e que assume vários significados que emergem da concepção de avaliação e educação assumida pelos partícipes do processo. Como defende Lück (2012), a avaliação institucional é muito mais que um trabalho de coleta de dados, informações e apresentação de relatórios, ela relaciona-se com a opção educacional adotada pela escola.

O diálogo estabelecido com os participantes na primeira roda de conversa, a partir da questão-tema: “O que você entende por avaliação institucional? ”, teve como objetivo discutir conceitos e concepções relacionadas ao processo de avaliação institucional. O resultado desse diálogo revelou dois aspectos importantes para análise.

O primeiro é que o conhecimento sobre a avaliação institucional, sobretudo, entre os discentes e pais e/ou responsáveis, é embrionário. Isso sugere a necessidade de a instituição criar espaços de discussões para que os atores escolares possam evoluir na elaboração de conhecimentos teóricos e metodológicos sobre a temática. Entendemos que essa tarefa não é unicamente de uma comissão específica, mas do conjunto que compõe a instituição, haja vista, que a Avaliação Institucional Interna representa um mecanismo de efetivação dos princípios da gestão democrática.

O segundo, os participantes ao expressarem o entendimento que possuem sobre o tema, demonstram uma perspectiva de avaliação institucional relacionada a um processo de autoconhecimento da instituição, com vistas à identificação de erros, acertos, equívocos, problemas, fragilidades e potencialidades. Esses entendimentos estão organizados no Quadro 1.

Quadro 1 . Entendimentos da avaliação institucional

Categoria de análise	Fragmentos das falas dos participantes
Avaliação Institucional Interna como processo de autoconhecimento	“[...] é um mecanismo basilar para escola saber suas forças, fraquezas, como anda o desenvolvimento dos seus processos a partir da participação, do olhar coletivo.” (DOCEN.1)
	“Todo planejamento ele desboca numa avaliação. Por meio da avaliação podemos discutir porque tal meta não foi cumprida, quais os entraves para o desenvolvimento do planejamento, que fatores influenciaram, precisa ser acompanhado, por isso a importância da avaliação.” (DOCEN.2)
	“Acredito que avaliação institucional deve ser para a gente falar dos problemas que a gente tem dentro do campus, então é preciso fazer uma avaliação para que a gente consiga resolvê-los.” (DISC .1)
	“Avaliação institucional ajuda a descobrir os problemas e tentar resolvê-los.” (TÉC. ADM.1)
	“O intuito dessa avaliação é exatamente tentar descobrir as fragilidades, seja na infraestrutura ou então na própria gestão, se ela é participativa ou não, e tentar implementar alguma situação diferente visando a melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos.” (TÉC. ADM. 2)
	“[...] busca conhecer não só as fragilidades, mas também as potencialidades, reforçar os pontos positivos, melhorar os fracos, mas também visualizar o que tem de positivo, o que o instituto realmente está fazendo para cumprir com sua missão.” (TÉC. ADM. 3) “[...] é importante que essa questão do autoconhecimento, da autocrítica, porque às vezes quem está dentro não percebe que precisa melhorar e quem está de fora pode apontar aquilo que não estava sendo visto pela gestão e servidores, pode ser identificado pelo aluno, pelos pais e pela comunidade.” (TÉC. ADM. 4)
“[...] isso é muito importante para a gente saber como está, porque de repente acha que está bem... é como se fosse uma prova, mas quando você aplica ela, vem a decepção, ela não estava 100%, então é de fundamental importância ter essa avaliação.” (RESP.1)	
“[...] é de fundamental importância, chamar os pais para avaliar, para que os pais tenham oportunidade de falar não estamos gostando disso, vocês precisam melhorar nisso.” (RESP.3)	

Fonte: Organizado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa (2021).

Evidenciamos que os atores escolares, participantes das rodas de conversa, trazem uma concepção de avaliação institucional relacionada ao exercício do autoconhecimento e auto-crítica. Na perspectiva de Belloni (1999), a avaliação institucional na educação é um processo sistemático que busca subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição, por isso ela traz dois grandes objetivos: o autoconhecimento e a tomada de decisão.

A autora esclarece que autoconhecimento se refere a identificação de acertos e ineficiências, vantagens e dificuldades; processo de reflexão sobre as causas das situações de sucesso e insuficiências, ou seja, a melhoria do nível de informação sobre os processos e resultados alcançados. A tomada de decisão diz respeito a elaboração de subsídios para orientar os processos decisórios.

Nessa mesma direção, Dias Sobrinho e Balzan (1995) defendem que avaliação institucional é um processo com forte sentido formativo, pois contribui continuamente para melhor definição de papéis e dos compromissos dos indivíduos nas relações sociais que se estabelecem na instituição. Para os autores, o caráter formativo da avaliação diz respeito a elaboração de conhecimento e de crítica, desenvolvimento da autoconsciência² sobre as mudanças necessá-

² Belloni et al. (1995) explicam que autoconsciência institucional é fruto do conhecimento que os indivíduos têm sobre as práticas que desenvolvem na instituição com seus acertos e suas dificuldades. A autoconsciência institucional constitui um importante instrumento para o processo de tomada de decisão, tanto no nível individual quanto em nível coletivo, com vistas ao aperfeiçoamento da instituição.

rias para melhorar a instituição.

Encontramos em Lück (2012), uma concepção de avaliação institucional diretamente relacionada ao processo de autoconhecimento. A autora defende que a avaliação institucional configura um esforço despendido pela escola em conhecer-se com o objetivo de analisar suas potencialidades para melhor aproveitá-las e reconhecer suas limitações e dificuldades como condição para superá-las.

A autora alerta que a garantia de autoconhecimento efetivo perpassa pelo empenho em superar o viés da subjetividade, das opiniões preconcebidas e da postura defensiva e adotar uma perspectiva ética e aberta, que permita a instituição uma introspecção honesta considerando as situações contraditórias e adversas.

Lück (2012) defende que o autoconhecimento da escola sobre sua identidade e práticas é que torna possível a busca da integração e a unidade de ações voltadas para a consecução dos objetivos educacionais. Portanto, a avaliação institucional não corresponde apenas a uma prática de identificação de dados e informação, mas a um processo reflexivo que traz luz para o planejamento e desenvolvimento institucional.

Avaliação Institucional Interna instrumento de melhoria dos processos e resultados educacionais

A segunda roda de conversa teve o objetivo de incitar uma discussão a respeito da finalidade e objetivos da avaliação institucional, para tanto propusemos a questão-tema: “Avaliação Institucional Interna: por que e para que avaliar?” As discussões, a partir de diferentes olhares, reforçou o entendimento que avaliar é um processo complexo, desafiador e com propósitos diversos. Entretanto, a partir de Fernandes (2010), entendemos que toda ação avaliativa precisa ser útil, contribuir para solucionar problemas e cooperar para o bem-estar das pessoas, das instituições e da sociedade.

Podemos conferir no Quadro 2 que na perspectiva dos participantes a finalidade da avaliação institucional está relacionada a um processo de aperfeiçoamento dos processos e resultados educacionais.

Quadro 2.- Entendimentos da finalidade da avaliação institucional

Categoria de análise	Fragmentos das falas dos participantes
<p>Avaliação Institucional Interna instrumento de melhoria dos processos e resultados educacionais.</p>	<p>“Medir, tanto nos aspectos qualitativos quanto quantitativo os processos educativos, o rendimento, o alcance de meta, objetivos, o andamento da instituição.” (DOCEN.1)</p>
	<p>“A avaliação institucional vai ajudar nisso, perceber quais as dificuldades dos professores? Que dificuldades eles sentem ao lidar com os alunos? Estão conseguindo atingir os objetivos das disciplinas?” (DOCEN.1)</p>
	<p>“Avaliar para saber se os alunos estão sendo absorvidos pelo mercado.” (DOCEN.2)</p>
	<p>“[...] para buscar resultados concretos, porque a gente tem o discurso, mas não temos dados que comprovem a qualidade do ensino.” (DOCEN.3)</p>
	<p>“Eu entendo avaliação institucional como uma forma de buscar melhorias [...]. Então a partir do momento que você faz um instrumento de avaliação de curso e também de outros pontos, você vai verificar o que está bom e o que pode ser melhorado. A partir daí precisamos elaborar estratégias para que possamos melhorar o trabalho feito aqui na instituição.” (DOCEN.4)</p> <p>“Importante na avaliação é ter esse <i>feedback</i>. Como não tem os cursos técnicos e como a gente estivesse trabalhando no escuro. Só por experiência ou por criatividade individual, mas, gente não sabe se está fazendo certo. Então avaliação institucional é importante para todos os níveis, e para o nível técnico eu acho que está faltando essa avaliação.” (DOCEN.5)</p>
<p>“Isso é uma forma oficial dos alunos comunicarem o que se pode melhorar na instituição, apresentando as suas insatisfações” (DISC. 2)</p>	
<p>“Avaliar para planejar melhor nossas ações [...], para a gente que está à frente do Campus, tenha a noção se o ensino está precisando melhorar, se atende à realidade, se causa impactos e mudanças na comunidade.” (TÉC. ADM.1)</p>	
<p>“Avaliar para poder detectar onde estão as fragilidades e erros, buscando uma nova forma de agir, organizar melhor aquilo que já está sendo feito para poder conseguir obter melhores resultados, então, avaliar pra procurar atingir a expectativa do aluno.” (TÉC. ADM. 2)</p>	
<p>“[...] para que a gente não caia na rotina ou na negligência, porque quando não se avalia uma instituição, o servidor fica muito à vontade então você fica sem noção do que está acontecendo pela falta de gestão, pela falta de avaliação e quando a gente avalia, podemos encontrar as fragilidades e partir de então, podemos implementar novos programas e também cobrar dos servidores, professores e técnicos, para melhorar.” (TÉC. ADM. 3)</p>	
<p>“Essa avaliação aponta um norte para instituição, se está errada ela pode se corrigir.” (TÉC.ADM. 4)</p>	

Fonte: Organizado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa (2021).

As perspectivas dos participantes da pesquisa referente a finalidade da Avaliação Institucional Interna, encontram sustentação nos pressupostos apresentados por Dalben (2010). Segundo o autor, a avaliação institucional em educação possibilita o aperfeiçoamento da gestão pedagógica e administrativa, na permanente busca da melhoria da qualidade da formação oferecida à comunidade e fortalecimento da sua relevância social.

No entendimento de Belonni (1999), a finalidade da avaliação institucional é a busca do aperfeiçoamento. Em mesmo viés, Brandalise (2010) sublinha que a autoavaliação da escola é uma prática indispensável para compreender a dinâmica institucional e a sua utilidade reside na mobilização dos resultados para proposições de melhorias qualitativas para a instituição.

Alves e Correia (2008) consideram que autoavaliação é uma ferramenta de aprendiza-

gem organizativa que capacita a comunidade escolar para o trabalho de organizar os seus processos de melhoria e de produzir conhecimentos internos necessários para mudanças criativas e assertivas. Na perspectiva de Freitas *et al.* (2009), a avaliação institucional é um processo que mobiliza todos os atores escolares com o objetivo de negociar patamares adequados de aprimoramento.

Segundo Betini (2009), a autoavaliação institucional consiste no olhar da escola para si mesma com o objetivo de provocar mudanças que contribua para a melhoria de suas práticas educacionais e administrativas. Fernandes (2002), reitera que:

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha a sua dinâmica. Muita coisa aprende-se com esse processo. Mas o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. Todos crescem. Os dados coletados mudam, mas a vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e compromisso com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade. (FERNANDES, 2002, p. 101).

Encontramos nos autores citados uma compreensão de Avaliação Institucional Interna alinhada à concepção de avaliação emancipatória. Saul (2015) explica que a avaliação emancipatória se relaciona aos conceitos de emancipação e decisão democrática e tem a finalidade de descrever e analisar, criticamente, a realidade e a prática educativa, com vista à sua transformação. A avaliação emancipatória traz pressupostos teóricos e metodológicos referenciados na avaliação democrática, na crítica institucional, na criação coletiva e na pesquisa participante.

Para Lück (2012), avaliação institucional contribui para a construção da autonomia e da autoridade da escola sobre seu próprio trabalho, é um processo evolutivo que só acontece por meio do esforço do coletivo institucional. A autora complementa destacando que os profissionais da escola aprimoram as suas competências e condições de trabalho a partir do hábito de se autoavaliar e avaliar os processos educacionais inerentes as suas funções.

Nessa mesma direção, entendemos que Avaliação Institucional Interna, quando desenvolvida em uma perspectiva formativa, não objetiva realizar apenas um diagnóstico da realidade, por meio do levantamento de dados e informações, para além desse propósito, ela tenciona ampliar o conhecimento que a escola tem sobre si mesma e promover mudanças.

Dessa maneira, o processo avaliativo deve fomentar um esforço coletivo na busca por melhorias, ou seja, a Avaliação Institucional Interna precisa promover a participação e o engajamento dos atores escolares em um movimento que coopere para o aprimoramento das condições de trabalho, das relações, dos processos formativos, da cultura organizacional e dos resultados educacionais, no sentido de conferir legitimidade ao projeto pedagógico institucional.

Entendemos em mesmo viés de Sordi e Freitas (2013), que a mudança é uma construção local guiada por um projeto pedagógico institucional, nesse processo a escola assume responsabilidades, mas demanda também ao poder público as condições necessárias, tais como recursos materiais e humano, para a sua realização. Mudanças significativas nos processos e resultados educacionais não dependem unicamente do esforço coletivo dos atores escolares, elas perpassam também pela garantia das condições objetivas para que estes desenvolvam de forma satisfatória seus trabalhos.

Considerações Finais

No estudo constatamos a relevância da efetivação de uma proposta de Avaliação Institucional Interna para a EPTNM que deve manter a articulação e aderência ao projeto pedagógico da escola, respeitando a concepção educativa e os objetivos defendidos pela instituição.

As instituições de ensino muitas vezes demonstram dificuldades quanto à avaliação dos seus processos e práticas. Entretanto, é necessária uma ruptura com a avaliação de cunho meritocrático e classificatório que gera a exclusão e tensão psicológica e emocional dentre os

sujeitos da educação. Assim, defendemos a avaliação como espaço formativo de socialização de saberes, de construção de conhecimentos, de vivências democráticas e de exercício da cidadania. Esta perspectiva prescinde da participação de docentes, discentes, técnicos-administrativos, pais e/ou responsáveis, oportunizando o debate em torno da responsabilidade e da importância que cada um assume na educação.

Nas rodas de conversas com representantes dos segmentos docentes, discentes, técnicos administrativos e pais e/ou responsáveis que vivenciam o Ensino Médio Integrado, identificamos as percepções relacionadas ao conceito, a finalidades e aos objetos da Avaliação Institucional Interna. Constatamos que os participantes da pesquisa compreendem a Avaliação Institucional Interna em uma perspectiva de autoconhecimento, com vistas à identificação de fragilidades e potencialidades, cuja finalidade seria o aperfeiçoamento dos processos e resultados educacionais.

O diálogo com os participantes durante as rodas de conversa contribuiu para a estruturação do produto educacional que se encontra disponível no Repositório Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)³ e no Educapes fruto da dissertação “Avaliação Institucional Interna na Educação Profissional Técnica de Nível Médio: instrumento de melhoria do ensino” defendida em 2019.

Outrossim, a interlocução com os atores escolares ampliou a percepção sobre o ambiente escolar no qual atuamos e passamos a compreendê-lo como um espaço de aprendizagens múltiplas, pois a escola que ensina também aprende. Aprende sobre si mesma e sobre os significados das suas práticas. Aprende a trabalhar coletivamente.

Entendemos que uma educação comprometida com a formação humana integral só pode se concretizar por políticas públicas educacionais que assegurem condições materiais e humanas nos ambientes escolares e assim os sujeitos educativos possam atuar de forma colaborativa e cooperativa. Compreendemos que “Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.” (FREIRE, 1997, p. 155). Sigamos juntos na luta pela educação pública e de qualidade socialmente referenciada como direito de todos.

Referência

ALVES, M. P. C.; CORREIA, S. M. T. A autoavaliação de escola: um estudo exploratório sobre os dispositivos de autoavaliação das escolas públicas em Portugal. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 355-382, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68412830008>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 2011.

BELLONI, I. Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação. **Linhas críticas**, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 31-58, 1999. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2752>. Acesso em: 23 set. 2018.

BELLONI, I. *et al.* Avaliação institucional da Universidade de Brasília. In: DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, Newton Cesar (org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 87-113.

BETINI, G. A. **Avaliação institucional em escolas públicas de ensino fundamental de Campinas**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251722>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRANDALISE, M. Â. T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contexto e práticas. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, PR, v. 13, n. 2, p. 315-330, 2010. Disponível em: <https://revistas2>.

3 <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/323>

uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3220. Acesso em: 23 set. 2018.

BRANDALISE, M. Â. T. Avaliação institucional na escola pública: os (des) caminhos de uma política educacional. **Educar em Revista**, [s. l.], n. esp., p. 55-74, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000500055&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018**. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9432.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em: 17 de jul. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento base. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 31 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 6/2012**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 jan. 2018.

DALBEN, A. Avaliação institucional na escola de educação básica: uma aproximação orientada pelos princípios da participação. **Educação: teoria e prática**, [s. l.], v. 20, n. 35, p. 133-133, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4090>. Acesso em: 17 set. 2018.

DIAS, S. J.; BALZAN, Newton Cesar (org.). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

FERNANDES, D. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. *In*: ESTEBAN, Maria Teresa. **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. Corez editora, p. 15-44, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5788/1/Acerca%20da%20articulac%cc%a7a%cc%83o%20de%20perspectivas.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

FERNANDES, D. Contornos de uma experiência de avaliação desenvolvida no Instituto de Inovação Educacional (1990-1993). **Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física**, [s. l.], n. 10-11, p. 7-32, 1994. Disponível em: <https://boletim.spef.pt/spef/index.php/spef/article/view/158/145>. Acesso em: 17 set. 2018.

FERNANDES, M. E. A. **Avaliação Institucional da escola**: base teórica e construção do projeto. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Luiz Carlos. *et al.* **Avaliação Educacional**: caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. São Luís: IFMA, 2014.

LEITE, D. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LÜCK, H. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 95-103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 20 set. 2018.

RAMOS, M. N.. **Concepção do Ensino médio integrado**. 2005. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

RISTOFF, D. I. Avaliação institucional: pensando princípios. *In*: DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação Institucional**: teoria e experiência. São Paulo: Cortez, 1995. p. 37-51.

SAVIANI, D. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v1234.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória**: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAUL, A. M. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 41, p. 1299-1311, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508143035>. Acesso em: 20 maio 2018.

SORDI, M. R. L. de. A Face perversa da avaliação: elementos para uma leitura do papel da avaliação no projeto neoliberal. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 3, n. 1, p. 51-57, mar. 1998. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1337>. Acesso em: 20 maio 2018.

SORDI, M. R. L. de. Entendendo as lógicas da avaliação institucional para dar sentido ao contexto interpretativo. *In*: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (Org.). **Avaliação**: políticas e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 2002. p. 65-81.

SORDI, M. R. L. de; FREITAS, L. C. de. Responsabilização participativa. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 87-100, 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/263>. Acesso em: 20 maio 2018.

SORDI, M. R. L. de; SOUZA, E. da S. (org.). **A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública**: a rede municipal de Campinas como espaço de aprendizagem. Campinas: Millennium, 2009. Disponível em: https://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/educacao/depto-pedagogico/avaliacao-pedagogica/avaliacao_como_instancia_mediadora_da_qualidade_da_escola_publica_-_prefacio.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

Recebido em 05 de julho de 2021.

Aceito em 28 de julho de 2021.